



C A P Í T U L O 4

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA EM MOÇAMBIQUE E A SUA RELEVÂNCIA PARA PEQUENAS EMPRESAS

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.547162606014>

Filipe Zeca Canção
Universidade Lúrio

Maria Helena Luis Rungo Macome
Mestrando em Gestão e Administração de Negócios na
Universidade Católica de Moçambique

Ancha Beatriz Fernando
Mestrando em Gestão e Administração de Negócios na
Universidade Católica de Moçambique

RESUMO: No contexto dos sistemas de informação financeira, a normalização contabilística assume um papel estruturante, ao criar condições para maior consistência, transparência e utilidade dos relatórios produzidos pelas entidades económicas. Em Moçambique, tem sido marcada por sucessivas reformas, mas as Pequenas Empresas (PEs) enfrentam dificuldades de implementação devido à complexidade normativa, baixa capacitação técnica e práticas informais. Este estudo analisa a evolução histórica da normalização contabilística no país e avalia a sua relevância para as PEs, adoptando uma abordagem qualitativa baseada em pesquisa bibliográfica e análise documental. Conclui-se que apesar dos avanços formais e da aproximação a padrões internacionais, a sua eficácia prática depende da adaptação às condições locais, formação contínua e apoio institucional, de modo a transformar a contabilidade em instrumento estratégico de gestão e fortalecer a competitividade das PEs.

PALAVRAS-CHAVE: Normalização contabilística; Pequenas empresas; Moçambique.

THE HISTORICAL EVOLUTION OF ACCOUNTING STANDARDIZATION IN MOZAMBIQUE AND ITS RELEVANCE FOR SMALL BUSINESSES

ABSTRACT: In the context of financial information systems, accounting standardization plays a structuring role, creating conditions for greater consistency, transparency, and usefulness of the reports produced by economic entities. In Mozambique, it has been marked by successive reforms, but Small Enterprises (SEEs) face implementation difficulties due to regulatory complexity, low technical capacity, and informal practices. This study analyzes the historical evolution of accounting standardization in the country and assesses its relevance for SEEs, adopting a qualitative approach based on bibliographic research and document analysis. It concludes that despite formal advances and the approximation to international standards, its practical effectiveness depends on adaptation to local conditions, continuous training, and institutional support, in order to transform accounting into a strategic management tool and strengthen the competitiveness of SEEs.

KEYWORDS: Accounting standardization; Small businesses; Mozambique

INTRODUÇÃO

As normas contabilísticas não apenas uniformizam procedimentos técnicos, mas também moldam a lógica de produção e uso da informação financeira, influenciando a confiança entre gestores, investidores e o Estado (Nobes & Parker, 2016; Alexander, Britton & Jorissen, 2011). Sistemas contabilísticos bem estruturados contribuem para reduzir a assimetria de informação, fortalecer a governação empresarial e melhorar a tomada de decisão económica (Scott, 2015; Deegan, 2014).

Em Moçambique, a prática contabilística desenvolveu-se historicamente com foco fiscal e administrativo, limitando o uso da informação contabilística como instrumento de gestão e prestação de contas (OCAM, 2018; Mosca, 2014). A partir das reformas económicas da década de 1990, o enquadramento contabilístico nacional iniciou um processo de modernização, incluindo a adopção de normas inspiradas nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e de modelos simplificados para PME's (Ball, 2016; IFRS Foundation, 2015). Contudo, a transposição de referenciais internacionais para contextos institucionais frágeis tende a gerar dificuldades de implementação (Sian & Roberts, 2009; Albu *et al.*, 2014; Lourenço & Branco, 2015).

Diante disso, surge a questão da adequação da normalização contabilística às necessidades e capacidades das PEs moçambicanas. O estudo propõe analisar a evolução da normalização contabilística em Moçambique e avaliar criticamente a qualidade e relevância da informação para a gestão financeira das PEs, utilizando

uma abordagem qualitativa baseada em pesquisa bibliográfica e documental, com análise interpretativa de legislação, relatórios institucionais e literatura científica

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Conceito da normalização contabilística

Em Moçambique, a normalização contabilística ultrapassa a função técnica, assumindo um papel institucional ao definir quais informações são legítimas para efeitos fiscais, bancários e de governação (Hendriksen & Breda, 1999; Nobes & Parker, 2016). Contudo, este processo é condicionado pelas realidades económicas, institucionais e regulatórias de cada país, sobretudo em economias em desenvolvimento (Choi & Meek, 2011; Scott, 2015; Nobes, 2018).

Nos países africanos, a adopção de normas internacionais de relato financeiro, como as IFRS, tende a reforçar a confiança dos investidores, melhorar o ambiente de negócios e ampliar o acesso a financiamento externo (Francisco, 2016; World Bank, 2020; IMF, 2023). No entanto, estes benefícios são limitados em contextos com reduzida capacitação técnica, elevada informalidade empresarial e restrições institucionais, situação ainda presente em Moçambique (Francisco, 2016; Choi & Meek, 2011).

Sistemas contabilísticos robustos são fundamentais para fortalecer a governação económica, tanto no sector público, com a adopção das Normas Internacionais de Contabilidade do Sector Público (IPSAS), como no sector privado, pela harmonização das práticas contabilísticas (IMF, 2023; Scott, 2015; World Bank, 2020). Assim, a normalização contabilística integra uma dimensão institucional, impactando directamente a credibilidade económica e o desenvolvimento sustentável.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA EM MOÇAMBIQUE E IMPLICAÇÕES PARA AS PEQUENAS EMPRESAS

A evolução da normalização contabilística em Moçambique reflecte adaptações às transformações económicas e institucionais do país. Ao contrário de outros países africanos, Moçambique manteve por mais tempo uma lógica fiscal, com limitada preocupação com a gestão empresarial, reforçada pelo contexto de economia centralmente planificada após a independência (Sá, 2005; Hendriksen & Breda, 1992; Chambers, 1997; Mosca, 2014).

Com a liberalização económica dos anos 1990, tornou-se necessário reformular o quadro contabilístico nacional para atender às exigências de transparência,

prestação de contas e atracção de investimento privado (World Bank, 2019; Ball, 2016), sobretudo para PEs, que enfrentavam obstáculos devido à ausência de informação financeira padronizada e fiável (World Bank, 2003; Choi & Meek, 2011). Neste contexto, foram introduzidas normas inspiradas em modelos internacionais, destacando-se as IFRS (Zeff, 2012; Brown, 2011).

O Decreto n.º 70/2009, que instituiu o Sistema de Contabilidade para o Sector Empresarial (SCE), alinhou o normativo nacional com as NIRF, melhorando comparabilidade e credibilidade da informação, especialmente em empresas médias e grandes (Nobes & Parker, 2016; OCAM, 2018). Contudo, para PEs, a complexidade técnica e os custos de implementação limitaram a eficácia prática do enquadramento (Ball, 2006; Francisco, 2016; PwC, 2019). Estudos recentes indicam que persistem lacunas na aplicação das normas fora do sector de grande dimensão (Almeida & Dias, 2020; Guerreiro, Rodrigues & Craig, 2012).

Assim, embora o quadro normativo represente um avanço formal, a sua eficácia na melhoria da gestão financeira das PEs depende da simplificação normativa, capacitação profissional e apoio institucional (Scott, 2015; CTA, 2021). A relevância da normalização contabilística em Moçambique assenta mais na sua adaptação à realidade económica e empresarial nacional do que na adopção formal de normas internacionais.

ESTRUTURA CONTABILÍSTICA ATUAL EM MOÇAMBIQUE: PGC-NIRF E PGC PARA PEQUENAS ENTIDADES

A actual estrutura da normalização contabilística em Moçambique resulta de uma harmonização progressiva com referenciais internacionais, materializada pelo Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF) e pelo Plano Geral de Contabilidade para Pequenas Entidades (PGC-PE), conciliando padrões globais com as limitações do tecido empresarial nacional, dominado por pequenas empresas (Nobes & Parker, 2016; Albu *et al.*, 2013).

O PGC-NIRF dirige-se a entidades de maior dimensão e de interesse público, alinhando-se com as IFRS para reforçar transparência e comparabilidade financeira (IFAC, 2017; IASB, 2018), representando um marco na modernização do sistema contabilístico moçambicano (World Bank, 2020; Zeghal & Mhedhbi, 2006). Contudo, a dependência de técnicos externos e a limitada apropriação interna das demonstrações financeiras pelos gestores dificultam a sua aplicação prática, sobretudo nas PEs (Niyongabo, 2018; Irvine & Lucas, 2006; Samaha & Khlif, 2016; Francisco, 2016; Ussene & Macuácuá, 2020).

O PGC-PE surge como resposta adaptada às PEs, oferecendo um modelo simplificado que privilegia demonstrações financeiras básicas e operacionais (OCAM,

2018; IASB, 2015), em linha com a literatura que defende modelos proporcionais em contextos de baixa maturidade institucional (Perera, 1989; Albu *et al.*, 2013). Apesar das vantagens, a eficácia do PGC-PE é limitada pelo baixo nível de literacia contabilística dos gestores e pela dependência de serviços externos, restringindo o uso da informação para a tomada de decisão (Francisco, 2016; Sousa & Cossa, 2021; Waweru, 2017).

Paralelamente, a adopção das IPSAS tem reforçado a transparência e a responsabilização na gestão das finanças públicas, com impactos indirectos no ambiente económico e institucional (IFAC, 2020; ALBA, 2024; World Bank, 2021). Assim, a normalização contabilística, no sector público e privado, constitui um elemento central para a credibilidade económica do país, embora dependa de políticas de capacitação, simplificação e fortalecimento da cultura contabilística empresarial.

RELEVÂNCIA DA NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA PEQUENAS EMPRESAS

Para as PEs, a normalização contabilística pode desempenhar um papel estruturante; contudo, o seu impacto efectivo depende de condições institucionais, organizacionais e humanas que influenciam a capacidade de utilização da informação financeira (Alfazema, 2019; Francisco, 2016; Sousa & Cossa, 2021). Assim, quando implementada de forma isolada, sem políticas complementares de apoio à gestão e ao desenvolvimento de competências tende a produzir efeitos limitados.

Estudos do World Bank (2020); da OECD (2019) e do IMF, (2023), demonstram que, sem políticas de formação e digitalização, a normalização contabilística produz ganhos marginais nas pequenas empresas. Em Moçambique, onde grande parte das PEs opera com estruturas administrativas incipientes, estas condições assumem particular relevância, pois influenciam directamente a capacidade de transformar a informação contabilística em instrumento efectivo de gestão e tomada de decisão.

Paralelamente, a tendência global de harmonização contabilística tem exercido uma influência progressiva sobre o sistema moçambicano, aproximando-o das boas práticas internacionais e reforçando a credibilidade institucional do país (World Bank, 2022; IFAC, 2021; Nobes & Parker, 2016). Todavia, vários autores alertam que a simples transposição de normas internacionais para contextos de baixa maturidade institucional pode gerar assimetrias entre o normativo formal e a prática empresarial efectiva, sobretudo no segmento das PEs (Perera, 1989; Albu *et al.*, 2013; Zeghal & Mhedhbi, 2006).

Em Moçambique, a dificuldade de acesso ao crédito é recorrentemente apontada como um dos principais entraves ao crescimento das PEs, sendo a qualidade e a

consistência da informação financeira factores determinantes nos processos de avaliação bancária (Alfazema, 2019; World Bank, 2022; Beck & Demirgüç-Kunt, 2006).

No domínio das relações comerciais, a normalização contabilística contribui para reforçar a transparência e a confiança entre parceiros económicos, reduzindo assimetrias de informação e facilitando o estabelecimento de relações contratuais mais estruturadas. Mesmo em contextos onde predominam redes informais de negócios, como é frequente em economias africanas, a existência de demonstrações financeiras fiáveis tende a fortalecer a reputação empresarial e a facilitar a integração em cadeias de valor mais amplas (Bancomoc, 2016; IFAC, 2021; North, 1990). Neste prisma, a normalização assume um papel institucional que ultrapassa a dimensão técnica, influenciando o posicionamento competitivo das PEs.

Ao nível interno, ainda que aplicada em versões simplificadas, a contabilidade normalizada fornece indicadores fundamentais para o planeamento, o controlo e a tomada de decisão, nomeadamente no que respeita à gestão de custos, preços, margens e fluxos de caixa. A literatura de contabilidade gerencial enfatiza que o uso sistemático destes instrumentos contribui para maior eficiência operacional e sustentabilidade empresarial (Padoveze, 2014; Horngren *et al.*, 2014; Atkinson *et al.*, 2012). Contudo, em Moçambique, diversos estudos evidenciam que muitos gestores de PEs continuam a utilizar a contabilidade essencialmente para fins fiscais, limitando o seu potencial enquanto ferramenta estratégica de gestão (Sousa & Cossa, 2021; Francisco, 2016).

Por fim, a normalização contabilística revela-se relevante na redução de riscos legais e fiscais, ao promover o cumprimento das obrigações regulamentares e diminuir a probabilidade de penalizações associadas ao incumprimento (Schiavo-Campo & Tommasi, 1999; OECD, 2019; IMF, 2023).

A evolução da normalização contabilística em Moçambique mostra avanços significativos no plano formal, mas revela igualmente a necessidade de aprofundar a sua funcionalidade prática para as PEs. A relevância do quadro normativo vigente dependerá, em última instância, da sua capacidade de promover não apenas conformidade, mas também melhoria efectiva da gestão financeira e da qualidade da informação contabilística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia que, apesar dos avanços formais, a eficácia prática da normalização contabilística permanece limitada por factores como a complexidade normativa, a reduzida capacitação técnica e a persistência de práticas empresariais informais. Assim, os resultados obtidos confirmam que a utilidade da normalização contabilística para a gestão financeira das PEs depende menos da adopção formal das normas e mais da sua adaptação às condições reais do contexto moçambicano.

REFERÊNCIAS

- ALBA. (2024). *Public financial management reforms in Mozambique*. Retrieved from <https://www.alba.org>
- Albu, N., Albu, C. N., Faff, R., & Hodgson, A. (2013). The impact of adopting IFRS on accounting quality in emerging economies. *Journal of International Accounting Research*, 12(1), 1–30. doi:10.2308/jiar-50332
- Albu, C. N., Albu, N., Fekete, S., & Hodgson, A. (2014). Institutional drivers of IFRS adoption. *Accounting in Europe*, 11(1), 1–28. Retrieved from <https://www.tandfonline.com>
- Alexander, D., Britton, A., & Jorissen, A. (2011). *International financial reporting and analysis*. Retrieved from <https://www.cengage.com>
- Alfazema, J. M. (2019). *Acesso ao crédito e desempenho das PMEs em Moçambique*. Maputo, Mozambique: Escolar Editora.
- Almeida, J., & Dias, A. (2020). Contabilidade e desenvolvimento em África. *Revista Contabilidade & Finanças*, 31(82), 45–60. Retrieved from <https://www.revistas.usp.br>
- Atkinson, A. A., Kaplan, R. S., Matsumura, E. M., & Young, S. M. (2012). *Management accounting* (6th ed.). Retrieved from <https://www.pearson.com>
- Ball, R. (2006). International Financial Reporting Standards (IFRS): Pros and cons for investors. *Accounting and Business Research*, 36(Suppl. 1), 5–27. doi:10.1080/00014788.2006.9730040
- Ball, R. (2016). IFRS – Ten years later. *Accounting and Business Research*, 46(5), 545–571. doi: 10.1080/00014788.2016.1182710
- Bancomoc. (2016). *Relatório sobre financiamento às pequenas e médias empresas*. Maputo, Mozambique: Banco de Moçambique. Retrieved from <https://www.bancomoc.mz>
- Beck, T., & Demirgüç-Kunt, A. (2006). *Small and medium-size enterprises: Access to finance* (World Bank Policy Research Working Paper No. 3795). Retrieved from <https://www.worldbank.org>
- Brown, P. (2011). International financial reporting standards. *Accounting and Business Research*, 41(3), 207–217. doi:10.1080/00014788.2011.569055
- Chambers, R. (1997). *Accounting, evaluation and economic behaviour*. Retrieved from <https://www.pearson.com>

Choi, F. D. S., & Meek, G. K. (2011). *International accounting* (7th ed.). Retrieved from <https://www.pearson.com>

Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA). (2021). *Relatório sobre o ambiente de negócios em Moçambique*. Maputo, Mozambique: CTA.

Deegan, C. (2014). *Financial accounting theory*. Retrieved from <https://www.mheducation.com>

Francisco, A. J. (2016). *A adopção das IFRS em Moçambique: desafios e perspectivas*. Maputo, Mozambique: Escolar Editora.

Guerreiro, M., Rodrigues, L. L., & Craig, R. (2012). Institutional change. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 25(4), 678–708. doi:10.1108/09513571211225070

Hendriksen, E. S., & Breda, M. F. V. (1992). *Accounting theory* (5th ed.). Retrieved from <https://www.irwin.com>

Hendriksen, E. S., & Breda, M. F. V. (1999). *Teoria da contabilidade* (5ª ed.). Retrieved from <https://www.grupogen.com.br>

Horngren, C. T., Datar, S. M., & Rajan, M. (2014). *Cost accounting: A managerial emphasis* (14th ed.). Retrieved from <https://www.pearson.com>

International Accounting Standards Board (IASB). (2015). *IFRS for SMEs Standard*. Retrieved from <https://www.ifrs.org>

International Accounting Standards Board (IASB). (2018). *Conceptual framework for financial reporting*. Retrieved from <https://www.ifrs.org>

International Federation of Accountants (IFAC). (2017). *Global status report on IFRS adoption*. Retrieved from <https://www.ifac.org>

International Federation of Accountants (IFAC). (2020). *International Public Sector Accounting Standards*. Retrieved from <https://www.ipsasb.org>

International Federation of Accountants (IFAC). (2021). *Small and medium practices: Global trends*. Retrieved from <https://www.ifac.org>

IFRS Foundation. (2015). *International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities (IFRS for SMEs)*. Retrieved from <https://www.ifrs.org>

International Monetary Fund (IMF). (2023). *Strengthening public financial management and accounting systems*. Retrieved from <https://www.imf.org>

Irvine, H., & Lucas, N. (2006). The globalization of accounting standards. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 19(5), 623–646. doi:10.1108/09513570610689620

Lourenço, I., & Branco, M. (2015). Main consequences of IFRS adoption. *Accounting and Management Information Systems*, 14(1), 184–214. Retrieved from <https://www.cig.ase.ro>

Mosca, J. (2014). *Economia de Moçambique*. Maputo, Mozambique: Escolar Editora.

Niyongabo, E. (2018). Challenges of IFRS adoption in Africa. *African Journal of Accounting, Auditing and Finance*, 6(2), 115–132. doi:10.1504/AJAAF.2018.10012624

Nobes, C. (2018). The classification of financial reporting systems. *Accounting and Business Research*, 48(5), 1–20. doi:10.1080/00014788.2018.1459457

Nobes, C., & Parker, R. (2016). *Comparative international accounting* (13th ed.). Retrieved from <https://www.pearson.com>

North, D. C. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. Retrieved from <https://www.cambridge.org>

OCAM. (2018). *Evolução da normalização contabilística em Moçambique*. Maputo, Mozambique: OCAM.

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). (2019). *Regulatory compliance costs for SMEs*. Paris, France: OECD Publishing. Retrieved from <https://www.oecd.org>

Padoveze, C. L. (2014). *Contabilidade gerencial*. Retrieved from <https://www.grupogen.com.br>

Perera, M. H. B. (1989). Towards a framework to analyze the impact of culture on accounting. *The International Journal of Accounting*, 24(1), 42–56. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com>

PwC. (2019). *IFRS adoption in developing countries*. Retrieved from <https://www.pwc.com>

Samaha, K., & Khlif, H. (2016). Adoption of and compliance with IFRS in developing countries. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 6(1), 33–49. doi:10.1108/JAEE-02-2013-0011

Sá, A. L. (2005). *História da contabilidade*. Retrieved from <https://www.grupogen.com.br>

Schiavo-Campo, S., & Tommasi, D. (1999). *Managing government expenditure*. Retrieved from <https://www.adb.org>

Scott, W. R. (2015). *Financial accounting theory* (7th ed.). Retrieved from <https://www.pearson.com>

Sian, S., & Roberts, C. (2009). UK small owner-managed businesses. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 22(2), 289–315. doi:10.1108/09513570910945603

Sousa, M., & Cossa, E. (2021). Literacia financeira e desempenho das PMEs moçambicanas. *Revista Moçambicana de Economia e Gestão*, 4(1), 45–63.

Ussene, F., & Macuáqua, A. (2020). Harmonização contabilística e PMEs em Moçambique. *Cadernos de Contabilidade Africana*, 2(2), 89–104.

Waweru, J. N. (2017). Determinants of choice of alternative financing modes for SMEs. *International Journal of Academic Research in Business and Social Sciences*, 7(4), 608–617. Retrieved from <https://hrmars.com>

World Bank. (2003). *Mozambique: Accounting and auditing ROSC*. Retrieved from <https://www.worldbank.org>

World Bank. (2019). *Mozambique economic update*. Retrieved from <https://www.worldbank.org>

World Bank. (2020). *Accounting and auditing reform in developing countries*. Retrieved from <https://www.worldbank.org>

World Bank. (2021). *Public financial management reform in Mozambique*. Retrieved from <https://www.worldbank.org>

World Bank. (2022). *Mozambique economic update*. Retrieved from <https://www.worldbank.org>

Zeghal, D., & Mhedhbi, K. (2006). Factors affecting the adoption of IAS by developing countries. *The International Journal of Accounting*, 41(4), 373–386. doi:10.1016/j.intacc.2006.09.009

Zeff, S. (2012). The evolution of the IASC. *Accounting Perspectives*, 11(1), 1–44. doi:10.1111/j.1911-3838.2012.00023.x